

ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valdir Cobalchini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que faça a distribuição do expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Só para registrar, sr. presidente, a presença do meu novo assessor de imprensa Jacson Carvalho de Sousa e do Arnaldo Leandro Jager Sobrinho que a partir de hoje fazem parte de minha equipe de trabalho. Neste momento estão conhecendo a Casa.

Então, gostaria que ficasse registrado e, com certeza irão estar aqui conosco por muito tempo, se Deus permitir.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com toda a certeza, deputado Nilson Gonçalves, pois Deus sempre permitirá o melhor para todos os seus filhos e filhas, e v.exa. faz um pedido que certamente Ele não vai negar.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado. sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, comunidade catarinense.

Estou usando hoje aqui com orgulho o lenço escoteiro. Recebi no último final de semana quando estive no município de Criciúma, e lá visitando os nossos amigos escoteiros participei da *paeja* do Grupo Pangará quando assinei, deputado Eni Voltolini, deputado Serafim Venzon, o Pacto Escoteiro.

Então, queria fazer este registro, pois aquele dia durante a solenidade disse que hoje estaria aqui na Assembleia com muito orgulho usando o lenço escoteiro.

Quero fazer uma saudação especial ao Nadir Antônio Mussio, presidente da União dos Escoteiros do Brasil/Santa Catarina que se faz presente nesta Casa; ao sr. Roberto Murilo Coutinho, gerente do escritório do estado de Santa Catarina. Também ao Celso Meneses, uma saudação carinhosa e de gratidão, ele que é diretor estadual de projetos do escotismo e dos escoteiros do Brasil em Santa Catarina. Nascido em Criciúma, pertence ao Grupo de Escoteiro Tangará, inclusive lá também foi homenageado.

Enfim, é um evento muito bonito do escotismo catarinense.

Temos um projeto tramitando nesta Casa com o objetivo de oferecer incentivo fiscal ao escotismo em Santa Catarina. Em nosso estado temos também o apoio de muitas entidades ao Escotismo pelo

trabalho, pela formação da personalidade, por aquilo que representa.

Assinamos o Pacto Escoteiro, e aqui quero fazer um belo relato:

(Passa a ler.)

"O Pacto Escoteiro é uma proposta dos Escoteiros do Brasil para apresentar o Escotismo, suas principais características e necessidades, com o objetivo de permitir o engajamento de lideranças políticas em prol do Movimento Escoteiro.

Destina-se a prefeitos (as) e vereadores(as) em nível municipal, a governadores(as) e deputados(as) estaduais em nível regional, e à presidente da República, senadores(as) e deputados(as) federais, nacionalmente que incorporem as demandas do Escotismo às suas atuações parlamentares e plataformas de governo.

O fundador do Escotismo, o inglês Baden-Powell, ao falar sobre o futuro do Movimento Escoteiro, disse que este terá efeito vital e de longo alcance pelo mundo afora a favor da causa da paz."

O Pacto do Escoteiro foi lançado no dia 11 de setembro de 2012, como uma ferramenta de aproximação entre os grupos de escoteiros de todo o país e aos candidatos aos cargos a prefeitos e vereadores nas eleições municipais daquele ano.

O Pacto, na época, foi assinado por 151 candidatos em 55 municípios brasileiros.

O movimento escoteiro reúne mais de 30 milhões, mas sábado foi falado lá que são mais de 40 milhões em nível de mundo. Quero aqui saudar o meu amigo Leandro, aqui presente, que foi um dos que provocou a reunião, é uma pessoa que tenho grande admiração, policial civil responsável pela Delegacia de Cocal do Sul.

Então, hoje são mais de 40 milhões de praticantes em nível de mundo e em quase todos os países do mundo.

Convidamos, para assinar o Pacto Escoteiro, todas as lideranças políticas que estão comprometidas com as seguintes premissas:

(Passa a ler.)

1 - Manter postura e conduta ética

Ter uma atuação política em estrita observância da ética, da transparência, do respeito ao bem público e dos valores da Promessa Escoteira;

2 - Fortalecer a educação não formal

Encorajar o Poder Público a apoiar organizações e programas de educação não formal, contribuindo para uma educação mais ampla e a construção de um futuro sustentável;

3 - Apoiar o jovem na tomada de decisão

Valorizar a participação ativa dos jovens nos processos de decisão, apoiar a criação/fortalecimento dos Conselhos de Juventude, a realização de conferências municipais, estaduais e nacionais sobre o tema; e da abertura de outros canais de diálogo e participação da juventude, como câmaras temáticas e grupo de trabalho, assegurando a aplicação das demandas apresentadas e aprovadas nestes espaços;

4 - Apoiar politicamente demandas e projetos escoteiros

5 - Auxiliar na inserção em conselhos de governança

Recomendar o Movimento Escoteiro para ocupação do espaço de definição de políticas públicas junto aos Conselhos Municipais, Regionais e Nacionais pertinentes, reforçando e dando visibilidade à contribuição do Escotismo para a juventude brasileira;

6 - Colaborar com a divulgação do Movimento Escoteiro."

Eu, com muito orgulho, assinei o Pacto Escoteiro e aqui está o presidente estadual da União Estadual dos Escoteiros do Brasil junto com o gerente, com o diretor de projetos, o amigo Celso Meneses, que fez o convite para que todos os políticos também participem e assinem o Pacto Escoteiro.

Nós que queremos uma mudança neste país na forma de se fazer política, de administrar, da transparência, da liberdade, da participação de todos, temos que apoiar e, com certeza, o Escotismo serve de referência a todos nós pelo

trabalho que faz e pela formação da personalidade de nossos jovens e dos nossos cidadãos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Obrigada, sr. deputado Maurício Eskudlark. Parabéns pela sua manifestação em defesa do Escotismo. Nós também somos adeptas na defesa do Escotismo no Brasil, e está sob a nossa responsabilidade um projeto de sua autoria da isenção do ICMS para as empresas que apóiam o Escotismo. Mas, infelizmente foi voto pela rejeição de um deputado da base do governo. Queremos salvar esse projeto que entendemos ser de suma importância para o Escotismo em Santa Catarina e dar incentivo às empresas que apóiam esta causa.

Parabéns pela sua manifestação, e dizer que o meu voto de vista nesse sentido vai ser de aprovar o seu projeto que entendemos de suma importância para o Escotismo em Santa Catarina que tem feito um belo trabalho com a nossa juventude, com os adultos e que é referência, inclusive para o Brasil.

Em nome do sr. Nadir Antônio Mussio que está aqui presente, cumprimento todos que vieram prestigiar esta sessão ordinária.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigada deputada Ana Paula Lima pela manifestação, pelo apoio ao projeto.

O projeto ou desta forma ou uma porta aberta para encontrar uma maneira de incentivar governamentalmente o Escotismo. Assim, tenho certeza de que vamos por meio deste projeto, do diálogo, da participação da deputada Ana Paula Lima e de todos os deputados encontrar uma forma para que o Escotismo, que já é muito forte, saia mais fortalecido e também nos fortaleça.

Para encerrar, quero registrar novamente a minha gratidão pelo lenço escoteiro e, como sempre, farei tudo para honrar e orgulhar essa instituição.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero inicialmente fazer um cumprimento muito especial ao presidente da Fiesc, sr. Glauco Cortes, que na condição de presidente executivo da Federação da Indústria de Santa Catarina, tem justamente motivado o desenvolvimento, os grandes, os médios e todas as faixas empresariais e, naturalmente, o resultado tem dado ao estado de Santa Catarina, à sociedade o destaque do Brasil, os recursos que são necessários para honrar os compromissos com a sociedade catarinense.

Hoje pela manhã, sr. presidente, estiveram nos visitando algumas pessoas de destaque como o professor Volnei Pereira, professor de Filosofia do Senai, de Tijucas, juntamente com o grupo de alunos terceirão que vieram esta Casa para conhecer os detalhes do nosso trabalho.

Quero destacar aqui o grande trabalho que o Senai faz, principalmente na área de qualificação. Atualmente, todos os cursos de qualificação tanto aqueles que são financiados pela indústria como o Senac, os que são financiados pelos empresários do comércio. Todos eles são instrumentos que fazem de fato acontecer os cursos de qualificação de pequena duração, de um ano, de um ano e meio, de dois anos que permitem às pessoas que têm o ensino fundamental que não tiveram a oportunidade, principalmente pelo trabalho de se qualificar, de ter uma profissão que dê mais dignidade, mais recursos financeiros para se ter uma qualidade de vida menor. E o Senai é um instrumento do governo federal que por meio do Pronatec está fazendo um volume muito grande de curso de qualificação e, naturalmente isso vem dar mais dignidade para as pessoas.

Cada um de nós se destaca por aquilo que faz. Se o nome e o sobrenome estão relacionados com a história da família de cada um, o que ele realiza é o que dá o grande destaque no momento para a

sociedade, mas capacitar uma pessoa ou fazer uma atividade que tenha, primeiro, utilidade para ele, ganhar o seu soldo e também para servir as outras pessoas, isso dá grandeza, honra para quem executa.

Por isso, o curso de qualificação do Senai no Brasil inteiro. Em Santa Catarina, temos o presidente da Federação Catarinense da Indústria, o professor dr. Glauco Cortes e toda a sua ramificação acontece no Senai, como também no Senac com grande destaque e importância.

Então, essas pessoas, a indústria, contribuem com um pequeno percentual, o comércio também com um pequeno percentual.

Eu também quero fazer uma referência muito especial ao pastor Claudio, da Comunidade Luterana de Brusque, que sempre no mês de maio faz uma grande festa, chamada Festa de Maio da Igreja Luterana, para buscar recursos para manter o templo, para manter o cemitério, já que em Brusque só há um único cemitério e uma única igreja que de fato conta a história de Brusque, que é a Igreja Luterana, pois estão sepultados nesse cemitério os primeiros brusquenses. Havia outros mais antigos, mas foram removidos e naturalmente isso acaba pulverizando toda uma história de nomes ilustres que estiveram numa cidade, como é o caso de Brusque. Mas lá o cemitério luterano é mantido pela Igreja Luterana que faz um extraordinário trabalho social, pois até o Hospital e Maternidade Evangélico é mantido por essa comunidade.

Em Santa Catarina temos 180 hospitais filantrópicos, mas esse é o único que se destaca e sobrevive à história. Apesar de os preços aviltantes que o SUS pratica, ele atende convênios, atende particular, enfim, faz um serviço de filantropia muito grande. E isso se deve justamente à colaboração que toda a comunidade local dá, graças à liderança de muitos membros da comunidade luterana.

Quero saudar a professora Edna Laureano que trabalhou durante muitos anos na rede particular e na rede pública. Foi tutora na maior faculdade de Pedagogia a distância, nos anos de 2001, 2002. A

maior formatura realizada até esta data, na Udesc, formou 16 mil professores. Essa professora foi tutora nas cidades próximas como Lauro Müller, como Treviso, Urussanga, Orleans, enfim, foi tutora de muitas turmas.

Ainda quero saudar o vereador Antônio Carlos Contezine, de Rio do Campo, que como líder comunitário tem feito um extraordinário trabalho na área social, na área da saúde. Um trabalho que deveria acontecer naturalmente, mas como não é assim, graças a ele, que também é presidente da Apae na região. Por isso quero saudá-lo no início dos trabalhos na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Inscrito o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos, que poderá, inclusive, nos presentear com a declamação de uma poesia.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, vou deixar a declamação para um momento mais oportuno, porque acredito que aquilo que fizemos na noite de ontem, em Chapecó, foi de um alcance extraordinário e de uma dimensão social extraordinária, no sentido do resgate de uma história extremamente transformadora e libertadora na face da nossa sociedade, principalmente no oeste de Santa Catarina.

Na oportunidade estiveram numa sessão solene mais de 250 lideranças de toda a nossa grande região oeste, o que marcou o resgate da memória histórica daquilo que desencadeou o sindicalismo na região. Digo isso porque foi um momento extremamente importante, quando tivemos a apresentação de um documentário construído pela equipe da TVAL, fazendo, ao longo do seu trabalho, o resgate de inúmeras lideranças que viveram nos anos 70 e no começo dos anos 80, com depoimentos externados a partir da vivência concreta de inúmeras situações e realidades enfrentadas pelas nossas organizações, pelos nossos movimentos sociais, conjuntamente com uma série de pastorais

sociais das igrejas, da diocese de Chapecó e da Igreja Luterana do Brasil, que se somaram nessa luta do enfrentamento de inúmeras injustiças vividas na época pelos trabalhadores e trabalhadoras de diferentes segmentos sociais, especialmente pelos nossos agricultores e agricultoras.

Então, foi um momento extraordinário, de um acúmulo de uma experiência vivida e testemunhada por inúmeras lideranças da época, e muitas continuam a viver e continuam ainda nas organizações e no movimento, dizendo sempre que o processo e a caminhada continuam, que não terminou ali, pois existem muitas buscas de direitos no avanço dos mesmos e na defesa da justiça. Assim sendo, fizemos essa bonita homenagem na noite de ontem, quando houve o reconhecimento de todas essas lideranças que estiveram envolvidas nesse processo de construção social e extremamente importante. Claro que não poderíamos ter feito de outra forma.

Foram inúmeras lideranças às quais fizemos uma homenagem póstuma, tendo em vista que muitas delas já partiram para outra vida. Fizemos a homenagem em nome de todos aqueles que já partiram, como ao bispo de Chapecó, dom José Gomes, e ao nosso companheiro e amigo Marcelino Chiarello, que também prematuramente morreu. E lá, então, fizemos essas duas homenagens póstumas, fazendo o reconhecimento a tantas outras lideranças que foram vítimas e que tombaram ao longo de sua história e de sua caminhada.

Entre as entidades homenageadas estavam a Comissão Pastoral da Terra, onde se iniciou todo esse debate de uma nova consciência, da construção de uma nova mentalidade e do avanço da conquista dos direitos do nosso povo, de maneira muito especial dos nossos agricultores e das nossas famílias sem terra na grande região oeste, onde a partir da CPT surgiu o movimento dos sem-terra que ainda hoje lutam. E tem-se avançado muito numa série de políticas de inclusão social e de dignidade das mais de seis mil famílias assentadas por todo o território catarinense.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, também aqui recordando um trabalho muito forte que fez na época de 70, no início dos anos 80, contribuindo para o avanço na busca de amenizar situações de injustiça e avançar na questão dos direitos das pessoas, dos grupos e da sociedade...

O indigenista missionário também tem feito um trabalho extremamente importante na questão do olhar diferenciado sobre os povos indígenas que também se veem marginalizados e esquecidos na questão da conquista ou da volta da ocupação da sua terra, onde fizeram toda a sua história. Portanto, devem ter seus direitos garantidos.

Temos o Movimento Sem Terra, sobre o qual já comentei. Temos o MAB - Movimento dos Atingidos pelas Barragens. É uma luta que nasceu no final dos anos 70 e onde começou todo o enfrentamento na questão de verem ao mesmo tempo, além dos direitos garantidos, uma luta incansável pela não construção de barragens, porque tem uma série de consequências que não são aceitas por aqueles que pensam no desenvolvimento com sustentabilidade. Então, nesse sentido essa luta é o reconhecimento ao MAB.

O Movimento das Mulheres Camponesas é histórico e começou lá com o Movimento das Mulheres Agricultoras. Essa luta avançou muito na conquista da aposentadoria, do salário maternidade, da licença maternidade, a luta pelo Pronaf, pela linha de crédito e mais recentemente outras lutas como Minha Casa, Minha Vida.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem uma luta histórica em defesa da política voltada para a nossa agricultura familiar. A Associação dos Pequenos Agricultores no oeste catarinense também faz um trabalho forte, com a construção de alternativas e projetos. O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do município de Chapecó e região também luta para ampliar os direitos e as garantias.

Então, toda essa luta foi encampada pelos movimentos sociais. E tivemos o privilégio de fazer essa nossa homenagem da Assembleia

Legislativa, através de sessão solene na noite de ontem, em que homens e mulheres que contribuíram enormemente nessas políticas de inclusão social estiveram presentes.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de abordar o plano agrícola e pecuário que foi lançado no dia de ontem que vai disponibilizar recursos para a agricultura. A partir da agricultura ocorreu o desenvolvimento deste estado, que hoje é industrializado. Não podemos esquecer que devemos muito a agricultura.

Hoje, inclusive, havia uma manifestação de agricultores e falavam uma frase muito correta: "Se a agricultura não planta, Florianópolis e o Brasil não janta." Por isso é preciso valorizar a agricultura. Ontem, foi lançado o Plano, que disponibiliza R\$ 156 bilhões. Essa verba é praticamente 15% maior do que a safra de 2013 e 2014. Portanto, essa proposta, esse plano é para 2014, 2015.

Queríamos destacar também que, além desse valor importante, houve avanços em termos do resultado da produção agrícola no Brasil. Se fizermos um comparativo entre 2001 e 2014, veremos que em 2002 foram produzidas 96 milhões de toneladas, e na última safra foram produzidas 190 milhões de toneladas. Segundo declarações do ministro da Agricultura, há a expectativa para a produção de 200 milhões de toneladas na próxima safra.

Esses dados precisam ser frisados. E esse aumento de produção se dá pelo esforço dos agricultores, produtores. Grande parte da produção é mecanizada, mas muitos agricultores ainda se utilizam do cabo da enxada. Não podemos esquecer que sem recursos não se faz safra.

Nesse comparativo que fiz dos números da produção da safra agrícola é importante lembrar o financiamento. Se compararmos a safra de agora com a dos últimos anos, veremos que no período de 2002 para cá, houve um aumento de 93% nos recursos destinados para financiamento da safra agrícola. Então, são importantes esses dados.

Queremos reafirmar mais uma vez a importância deste país em apoiar firmemente a agricultura. Esses recursos finalizam isso com o Plano Safra da Agricultura. Dias atrás houve o lançamento do Pronaf, que também teve um incremento muito grande de recursos. E isso é fundamental.

Não quero apenas destacar o aumento dos recursos e da safra, mas destacar essencialmente o trabalho do agricultor e da agricultora.

O Sr. Deputado Eni Voltolini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não!

O Sr. Deputado Eni Voltolini - Lembro-me, no início da década de 90, sonhávamos que o Brasil pudesse em algum momento virar o patamar das 100 milhões de toneladas. E por muito tempo houve no Brasil a dificuldade de transpor isso. Então, corroborando a sua fala, certamente qualquer brasileiro sentir-se-á muito orgulhoso em viver o momento em que o Brasil está prestes a cruzar o patamar das 200 milhões de toneladas.

Num mundo em que se fala de pessoas passando fome, é importante que destaquemos isso. Nos últimos anos temos sido rigorosos por não permitir que a fronteira agrícola simplesmente se expanda em favor de novas áreas. Precisamos, sim, que se use tecnologia diferenciada para não prejudicar o meio ambiente e para que possamos ter esses ganhos.

E aí instituições, como a Embrapa e a Epagri, têm muito contribuído para isso. Então, queria acrescentar esse detalhe, também na condição de engenheiro agrônomo que acompanha esse processo no dia a dia e que vê o país caminhando nessa direção de forma positiva. Não é a toa que a balança comercial tem-se ancorado para poder dar estabilidade ao nosso país. Quero cumprimentar

pela sua abordagem e dizer que me sinto muito bem ao falar desse tema e pela forma como estamos conduzindo.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado!

Portanto, ao encerrar, quero enaltecer a agricultura brasileira, e, acima de tudo, o agricultor pelo esforço, pela produção, pelo heroísmo de continuar produzindo. Que essas 200 milhões de toneladas, que deverá ser o resultado da próxima safra, retornem com ganho ao produtor, com lucro para que continue produzindo os alimentos que precisamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira. Os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por 12 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão. Quero fazer um convite, que acabo de receber, para uma palestra sobre a reforma do Código Penal, com o sr. Luiz Gomez na próxima quinta-feira, às 19:30, no hotel Majestic, em Florianópolis, que é jurista, fundador da primeira rede de ensino telepresencial da América Latina, membro da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código Penal. É uma realização do Partido Progressista com a Fundação Milton Campos. O tema desses ciclos de palestras que está acontecendo é Tome Partido.

Quero parabenizar ao PP que faz esse tipo de ação e também por essa palestra.

Gostaria de trazer um assunto hoje, neste plenário, sobre uma matéria que saiu no jornal A Notícia de ontem, em que o prefeito Udo, de Joinville, faz uma série de colocações, justificando o problema que o município está vivendo nos últimos dias com a falta de manutenção das ruas, a falta de médicos especialistas. Diz que não consegue passar na Câmara de vereadores a

própria reforma administrativa, que tudo vai parar na Justiça, que o Ministério Público estadual está interferindo, quase fazendo uma intervenção na gestão em Joinville com relação à saúde, com o secretário da Saúde sendo afastado por ter mentido quanto à diminuição da fila de especialidades médicas. Enfim, por uma série de coisas, o prefeito Udo reclama da burocracia, da Oposição, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público. E, ao final, reclama do Badesc porque diz que este ainda não liberou o dinheiro, os R\$ 20 milhões prometidos para o recapeamento de 102 ruas de Joinville. E não se trata de asfalto novo, é para tapar buraco. Friso que é para recapeamento, porque, lá na frente vamos ver que o prefeito Udo não reclamou com quem deveria reclamar.

Penso que ele está com a síndrome de Adão e Eva no paraíso, aquela em que ninguém assume os seus erros, mas colocam a culpa nos outros. Diz à história que Deus proibiu-os de comer a maçã, mas um dia a serpente passou a conversa na Eva, que acabou comendo a maçã. Como ela não morreu, o Adão comeu a maçã também.

Conta-nos a história da Bíblia que quando Deus chega, não encontra Adão e chama por ele. Adão escondido responde: "Estou escondido porque estou nu". Deus pergunta: "E por que você está nu, Adão?" Ele responde que foi porque a Eva o enganou. Ele não assumiu que comeu o fruto proibido. E a Eva diz que a culpa foi da serpente. A serpente, como não pode falar, pagou o pato, sozinha, e rasteja até hoje.

Por que estou contando essa estória? Porque vi o prefeito por a culpa na Justiça, no Ministério Público, na Oposição, na burocracia, na imprensa. Não chamou para si e disse assim: "Eu vou dizer a verdade". Quando li aquela entrevista, como deputado, representante de Joinville, fiquei doido. Como é que o Badesc vai fazer um negócio desses com Joinville! Se eu levei pessoalmente o Udo, lá, em janeiro, para tratar dessa questão. Fui em cima e passei vergonha. Cheguei dizendo: As ruas estão cheias de buracos, por que vocês não liberam os recursos? Aí passei vergonha, porque os

R\$ 20 milhões estão lá e a prefeitura não consegue vencer o processo de apresentar as certidões para a Secretaria Nacional do Tesouro. Há uma certidão em que a validade é de seis meses, outras de 60 dias e uma delas é de 30 dias. São quatro certidões que a Secretaria pede. Com isso, o banco recebe o aval. Mas para o banco liberar a licitação, precisa haver o projeto. E a prefeitura no ano passado apresentou o projeto para recapeamento de rua. Mas, pasmem v.exas., o projeto da prefeitura veio errado! No ano passado o Badesc disse que era preciso fazer umas adequações, mas até agora o projeto não voltou. Aí ontem a técnica do Badesc disse o seguinte: Deputado, se hoje vier da secretaria Nacional do Tesouro a ordem da liberação para nós emprestarmos...

Nós não podemos autorizar licitação, porque o projeto de recapeamento que foi para lá, deputado, não voltou ainda, porque a equipe técnica da prefeitura não consegue fazer, não consegue apresentar as certidões e não consegue fazer projeto de recapeamento de rua. Não é elevado, não é monotrilha, nem *bus rapid transit*, não, é recapear, é colocar aquela casquinha por cima, fazer manutenção. É o cara com a padaria, deputado, que não sabe fazer o pão d'água, o pão francês. Uma prefeitura que não consegue fazer o projeto correto de recapeamento de rua, é a padaria que o padeiro não sabe fazer o pão francês.

Aí não vejo o prefeito Udo dizer: "Minha equipe está um problema, minha gestão está um problema, porque meus técnicos não conseguem apresentar as certidões na secretaria Nacional do Tesouro nem os meus técnicos conseguem fazer um projeto de recapeamento de rua."

Prefeito, com relação àquelas outras questões de burocracia, bem-vindo ao serviço público, prefeito. E eu dizia ao senhor que v.exa. não sabia como era o serviço público, que era bem diferente do privado. Avisei que o senhor não podia fazer no público o que se faz no privado. Mas pelo jeito está custando a entender. E quem é

que está sofrendo? O povo de Joinville. Então, fico numa situação muito complicada, porque eu fui e quero, aqui, pedir desculpas ao Badesc, porque fui exigir na goela do Badesc, fui exigir como deputado que sou, de Joinville, fui lá e bati na mesa, depois tive que pedir desculpas, porque foi comprovado com e-mails, com memorandos, com tudo que eles têm lá, que a falha é da equipe técnica do prefeito Udo Döhler. Se existem certidões que valem seis meses, outras 60 dias e outras 30 dias, qual é que se faz primeiro? A primeira, de seis meses? A segunda, de 60 dias? E qual é a última que se faz? Será de 30 dias, por que essa tem a validade menor? Isso é um alface. Se não for, não vale mais.

Aí, quando eles conseguiram botar todas as certidões, virou o ano 2013 para 2014. É o azar, é um bicho azarado. Tiveram que fazer tudo de novo. Só que o Badesc mandou um e-mail para prefeitura no dia oito de janeiro. E sabe quando eles fizeram, eles se mexeram? No dia 13 de março. Incompetência! É só o que eu posso falar, aqui, com relação a essa gestão que está lá em Joinville. Se não é o governador Raimundo Colombo fazer obra lá, Joinville estava um caos.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, srs. deputados, não tenho aqui, deputado Kennedy Nunes, procuração do prefeito de Joinville, que conheci há uns quatro anos e tenho por ele uma simpatia muito grande, um respeito, como tenho também pelo deputado Kennedy Nunes, pelo seu trabalho.

Eu tenho certeza de que o prefeito de Joinville, a sua administração, vai ficar marcada como a das grandes administrações do município de

Joinville. E v.exa. ainda haverá de reconhecer isso nesta Casa.

Sr. presidente, com 12 minutos aqui, espero que possa matar alguma tainha da tribuna da Assembleia Legislativa do estado.

No ano passado, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que dirige a sessão na tarde de hoje, e deputado Antônio Aguiar, viemos a esta tribuna, neste período, para reivindicar ao ministério da Pesca e ao Ibama licença para que os pecadores pudessem pescar tainha durante a safra da tainha. Mas quando chegou o período da safra o ministério da Pesca ainda não havia autorizado, licenciado, as embarcações do litoral de Santa Catarina. E houve uma série de reivindicações, de solicitações, primeiro, para que a pesca da tainha começasse no dia primeiro de maio e encerrasse no dia 29 de junho. Por quê? Porque no dia 29 de junho, que é dia de São Pedro, já é histórica, tradicionalmente uma referência, uma marca como o final da pesca da tainha. Aí o ministério da Pesca colocava o término da pesca para 15 de julho, ou seja, do início de julho até o dia 15 não se pesca mais tainha. Em compensação os primeiros dias de maio, do dia primeiro ao dia 15 é exatamente o período que se pesca tainha. Então, o pescador perde 15 dias sem poder pescar tainha.

Essa luta foi grande, reivindicamos e tal e não conseguimos abrir a cabeça daqueles homens que dirigem muito mal o ministério da Pesca em Santa Catarina.

Na realidade foi uma luta muito grande, deputado Antônio Aguiar, para criar o ministério da Pesca, mas nunca se acertou na colocação do ministro. Precisa-se colocar ali um homem que entenda de pesca, que no mínimo possa entrar numa canoa e não fique mareado. Entenderam? Agora se colocou ali um pastor, o ministro Crivella.

V.Exa. que também lida nos lidos espirituais da sua igreja sabe que pastor é bom para pescar a alma. Mas precisamos de alguém que pesque peixe. E o Crivella não é do ramo.

Agora está ocorrendo uma série de manifestações. O pessoal de beira de praia, o que

pesca de arrasto, está podendo pescar. Os que pescam de rede de malha estão dependendo da licença, e são pescadores artesanais que pescam com aquelas megaembarcações, não é o barco industrial, são megaembarcações. Eles pescam com uma rede, com um sistema de rede que se chama anilhada. E o que acontece?

No ano passado eles baixaram uma resolução, uma instrução normativa, que permitia, em cima do dia que começaram a pescar, a Instrução Normativa n. 4, de 21 de maio de 2013, que os pescadores de rede de malha pudessem pescar tainha. De lá para cá a Federação de Pesca, através do Ivo, que é presidente da federação, insiste permanentemente para este ano façam isso com antecedência, ou seja, a pesca já começou dia 15, deputado, mas não licenciaram ainda.

Ontem os jornais traziam uma série de manchetes, fotografias de pescadores na frente do ministério da Pesca de Santa Catarina, esperando a licença que vem de Brasília, porque essa licença precisa ser dada com o ministério da Pesca em conjunto com o Ibama. E sabe o que eles fizeram? V.Exas. não acreditam? Eles fizeram outra instrução normativa permitindo que os pescadores de rede anilhada tenham licença para poder pescar. E aí eles colocaram um parágrafo único dizendo mais ou menos que ficam autorizados os pescadores a usarem o sistema de pesca de rede anilhada. No § 1º diz que não pode fazer isso num determinado tipo de rede, ou seja, eles descaracterizaram o que seria rede anilhada. Primeiro eles autorizaram e no parágrafo único eles dizem que não pode pescar com rede anilhada, ou seja, está todo mundo parado ali, mais de 500 famílias no litoral catarinense sem poderem exercer a sua atividade, porque o Ibama não concordou com a determinação do ministério da Pesca, dizendo que eles tinham que ser consultados e não sei mais o quê.

Então, na realidade, sr. presidente, aqui temos uma comissão da Pesca, e o deputado Dirceu Dresch é o presidente, se não me engano, acho que se não resolvermos isso até amanhã, e hoje há uma expectativa e uma ansiedade muito grande para que

o Ibama e o ministério da Pesca resolvam essa pendenga, mas se eles não resolverem acho que esta Casa...

No litoral brasileiro onde mais se pesca tainha é no litoral de Santa Catarina. E não podemos perder essa oportunidade. Isso é uma espera permanente de um ano inteiro, deputado Mauro de Nadal. E agora está lá a disputa entre o Ibama, ministério do Meio Ambiente, ministério da Pesca, porque não sabem o que fazem.

Espero, depois dessa confusão toda que eles fazem lá em Brasília, que o próprio ministro da Pesca seja um homem que entenda de pesca, que entre em uma canoa e não fique mareado, que saiba jogar uma tarrafa, que saiba a diferença de uma tainha para uma lagosta, porque eles colocam ali gente que não entende nada de nada, somente para acertar o governo, acertar o espaço em televisão para o partido político. Até acho que isso tem que ser feito, mas que ponham alguém que seja do ramo. Se alguém me escolher para pastor evangélico, não vou querer, deputado, porque não sou do ramo, não sei nada a respeito disso. Então, coloquem no ministério da Pesca um cidadão que tenha a mínima noção de pesca.

Sr. presidente, eu gostaria de falar com o deputado Dirceu Dresch para mantermos, ainda hoje, contato com a Federação Catarinense de Pesca, no sentido de tentar ir a Brasília ou mandarmos um expediente para que os pescadores possam exercer a sua atividade tão esperada durante o ano inteiro. E agora é um período curto, pois é do dia 15 de maio até o dia 29 de junho, ou seja, são apenas 45 dias. Eles estão ansiosos e dependem disso. Mas infelizmente o ministério da Pesca pelo qual lutamos tanto, brigamos tanto para ser criado, hoje, em vez de ser parceiro dos pescadores é o grande entrave que tem na pesca do Brasil e também de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, uma saudação a todos os visitantes que estão aqui, nesta tarde, e a todos que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Estamos esperando para o próximo dia seis, com a confirmação da presença da presidente da República no estado, fazer visitas a duas importantes obras, uma vistoria à nossa grande obra no sul do estado, que orgulha, deputado Dóia Guglielmi, a região, que é a ponte da travessia do canal de Laguna e também o acesso à cidade de Chapecó. São extraordinárias obras que vão ser vistoriadas e também inauguradas.

Em Chapecó, o acesso à cidade sempre foi um dos gargalos, pelo movimento que apresenta, por ser a entrada da população que chega do litoral, do oeste e também do sul. Uma obra extraordinária, muito bonita, na entrada do trevo, uma obra de arte, com certeza uma das obras mais destacadas do oeste, junto com a rodovia 163, de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, também um grande investimento.

Então, é muito bem-vinda a presidente da República ao estado que tem recebido vários investimentos. Somos um estado pequeno, mas temos tido uma articulação política extremamente importante das lideranças do Partido dos Trabalhadores e também da relação que o governador tem construído de governo para governo.

A presidente não tem discriminado nenhum município, seja de qual for o partido político, assim também como o nosso estado. Então, o estado está recebendo investimentos, financiamentos, para resolver parte dos grandes gargalos que afetam a população catarinense, seja na área da infraestrutura, nas rodovias estaduais, em outras atividades da economia, da segurança, saúde. Enfim, os investimentos federais chegam via estado e via municípios.

Há poucos dias estivemos em Blumenau, na entrega de mais um grande número de caçambas que vêm para os municípios catarinenses com menos de 50 mil habitantes, do programa do governo federal via ministério de Desenvolvimento Agrário. E estamos fazendo um pedido especial para que junto com a inauguração do acesso a Chapecó a presidente Dilma Rousseff entregue o restante de máquinas que faltam para os municípios, especialmente do oeste catarinense, que são as caçambas e uma parte das motoniveladoras.

Então, é sempre um orgulho a primeira mulher presidente da República voltar ao nosso estado. Isso demonstra a preocupação em conhecer, acompanhar e inaugurar as obras, mas também vistoriar aquelas que não estão totalmente concluídas, como a ponte de Laguna, que está a todo vapor e que foi pauta de debate na semana passada, nesta tribuna.

Também continuamos lutando por Santa Catarina. Temos duas importantes pautas na área da agricultura, uma é que estamos cobrando a imediata compra de feijão pela Conab, porque temos o problema de preço baixo desse cereal, pois tivemos uma grande safra, e aí o governo precisa entrar, comprá-lo, para garantir um preço para a nossa agricultura familiar.

O outro tema relativo à agricultura é a continuidade da liberação de recursos para a construção de casas no interior, no programa Minha Casa, Minha Vida. Estamos fazendo contatos permanentes com os ministérios em Brasília, como o do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Casa Civil.

Estivemos com o ministro Ricardo Berzoini quando discutimos essa questão do referido programa, o PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural, que é extremamente estratégico. A presidente lançou o programa safra para a agricultura patronal nessa última segunda-feira, e teremos nos próximos dias o lançamento desse programa com ampliação extraordinária de recursos, chegando a R\$ 150 bilhões para a agricultura patronal e que não é da agricultura familiar.

Também deveremos ter uma ampliação de conjuntos de políticas, que serão anunciadas nos próximos dias, para a agricultura familiar. Isso é importante, pois esses investimentos na habitação, da Minha Casa, Minha Vida, os investimentos no crédito agrícola, como temos aqui no estado um crescimento fantástico de recursos na agricultura familiar, sendo que no ano de 2002 tivemos em torno de R\$ 250 milhões para a agricultura familiar e este ano devemos passar de R\$ 2 bilhões do Pronaf para o nosso estado. Isso movimenta a nossa economia, o comércio, a agricultura, especialmente a compra de equipamentos para facilitar as atividades dos agricultores e a produtividade do meio rural.

Assim, queremos dar continuidade à luta para termos cada vez mais investimentos e a expectativa criada no país. No PAC 1 foi um milhão de casas e no PAC 2 serão dois milhões de casas. E agora, em junho, deve anunciar no PAC 3 três milhões de casas para o Minha Casa, Minha Vida. Isso tem mexido na economia, tem estruturado a perspectiva de nossos pequenos municípios que vendem e industrializam produtos. E a construção civil é um resultado rápido na economia.

Ao meio-dia tivemos uma conversa com o nosso presidente do partido, Cláudio Vignatti, que veio debater com a nossa bancada estadual todo cenário das construções que estamos buscando, bem como de aliança e do plano de governo que estamos preparando, fazendo em torno de 200 reuniões nos municípios. Inclusive, ontem à noite estive em Nova Itaberaba participando de uma reunião, e estamos convidando o conjunto de entidades da sociedade para nos ajudar a construir um grande plano de governo para o estado de Santa Catarina e apresentarmos à sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Com a desistência de representantes do PPS, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e quem mais nos acompanha aqui, pela TVAL e Rádio Alesc Digital, gostaria de retomar o debate de hoje pela manhã a respeito do drama social brasileiro de acidentes de trânsito.

Concordo com os deputados Eni Voltolini, Silvio Dreveck, Nilson Gonçalves, mas quero dizer também da necessidade de pensarmos em termos estruturais. Tem o comportamento das pessoas, que é lamentável, da minoria dos motoristas, infelizmente. Mas temos questões estruturais e, portanto, discordo com tudo que v.exas. falaram. Temos uma quantidade de carros cada vez maior para uma quantidade e estrutura de estradas que não crescem na mesma proporção. E esse é um problema. E temos a permanência do incentivo do transporte individual em todas as cidades. Mas nem se pode dizer que é um discurso de esquerda, na sociedade atual, essa posição. E sociedades capitalistas avançadas estabelecem uma relação pública diferente com a mobilidade urbana e com a necessidade de locomoção das pessoas.

Deputado Kennedy Nunes, já trouxemos aqui, muitas vezes, experiências do sistema de transporte em algumas cidades do mundo, especialmente cidades europeias. E no Brasil não se paga, se incentiva, se retira imposto, se perdoa a contribuição previdenciária da indústria automobilística e se acha um pecado qualquer subsídio de transporte coletivo de massa. Isso é um erro econômico, social, político e ambiental, por isso precisamos, todos nós, os partidos, dessa avaliação e pensarmos em inverter essa lógica.

Quero retomar aqui e aproveitar a presença da deputada Ada Faraco De Luca para dizer que não tenho absolutamente nada contra a ponte que está sendo construída em Laguna e muito especialmente nada contra a população do sul, que merece não

apenas uma, mas muitas pontes daquela. O que critiquei aqui é que a ponte poderia ser menor em termos de tamanho, pois custaria muito mais barato, mas já que foi feita, está ficando bonita e imensa. Poderia ter sido feita para durar não 20 anos, mas 50 anos. Numa ponte de 2.800m de extensão foram feitas apenas duas faixas para ir e duas para voltar. Provavelmente poderá se andar a 80 km/h sobre a ponte, e no trecho da rodovia a 100 km/h. Assim, provavelmente teremos uma lentidão ao se aproximar daquela cidade. E nesse ritmo, daqui a dez anos, ela estará engarrafada. Mas ficou bonita a ponte, não posso dizer outra coisa. E se criticar fica complicado, porque podem imaginar que estou contra a presidente Dilma Rousseff ou que sou contra a ponte no sul, pelo contrário, a população do sul merece muitas pontes e melhores do que aquela.

Também quero falar na ponte Hercílio Luz. Essa cultura, esse endeusamento, esse culto ao automóvel... Fala-se em recuperá-la. E lá vem um governo correndo e diz que até o final do ano passaremos de carro na referida ponte. Por que de carro. se são apenas duas faixas? Por que não transformá-la em uma passarela para pedestres, ciclistas? Isso diminuiria o trânsito de automóveis aqui, porque as pessoas usariam a ponte e ficariam mais perto do centro pela referida ponte do que pelas outras e atrairia o turismo, convidando as pessoas a caminharem sobre a ponte. Isso seria uma das melhores atividades turísticas desta cidade capital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, apenas para registrar a presença aqui, nesta Casa, do vereador Ironi Francisco Correa e do prefeito Vilmar Foppa, de Caxambu do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Eni Voltolini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Muito obrigado, sr. presidente.

Volto e pretendo fazer isso até o findar do meu período aqui, ou seja, falar em defesa dos nossos municípios. Não pretendo ser o primeiro nem o último deputado a ocupar esta tribuna para falar do drama que os nossos municípios vivem pelo país afora. E refiro-me à dificuldade de equacionar os gastos necessários a cada município, com os valores que, hoje, na repartição tributária lhes são conferidos.

Já comentava isso aqui da outra vez que em 88 a tripartição dos tributos aconteceu com números de 50% para União, 25% para estados e 25% para municípios, na sequência do processo, a criação de contribuição sobre o lucro líquido, o imposto sobre fortuna, o Cofins, que não repartido entre os municípios criou uma distorção de fato. E, hoje, os números que já eram 50%, 25% e 25% passaram de forma arredondada a ser 60% à União, de 24% a 25% para os estados e apenas de 15% a 16% para os municípios.

Isso vai de encontro, não é ao encontro, à necessidade que os municípios têm de cada vez mais fazer frente às demandas que são impostas aos munícipes e às cobranças dos mesmos aos prefeitos e vereadores. É ali no município que as coisas são resolvidas ou não, mas a sequência de responsabilização aos municípios, muitas vezes até a votação irresponsável e inconsequentemente que o Congresso Nacional faz, atribuindo mais responsabilidades aos municípios, sem provê-los de recursos suficientes, faz com que a grande romaria, o destino dos prefeitos, seja sempre o mesmo, ou ir em caravana ou isoladamente a Brasília, ou ir em caravana ou isoladamente à sede da capital, no nosso caso, Florianópolis. Isso já se tornou parte do folclore, tentarmos adivinhar

qual o dia da próxima ida do prefeito para Brasília. E também se tornou parte dessa distorção a complementação dos recursos que são necessários.

Então, hoje, não há mais um orçamento público municipal, e estou falando de administradores corretos, não estou aqui discutindo se existe ou não prefeitos que talvez não sejam bons gestores, essa é uma questão que os munícipes devem avaliar. Essa fiscalização é a Câmara de Vereadores que deve fazer. Estou falando do gestor público, daquela pessoa que recebe um orçamento, que apresenta à Câmara de Vereadores e que quer atender aos munícipes sobre essas questões. Essas pessoas não têm hoje mais nenhuma forma de atender às demandas básicas sem transferências voluntárias, sem emendas parlamentares. A tal ponto isso é verdadeiro, que nós, parlamentares, muitas vezes somos avaliados nos municípios, já comentei isso, muito mais pela verba que levamos ao município do que exatamente pelo trabalho parlamentar que fazemos.

Nem sempre se discute se estamos ou não tratando de projetos de lei importante, se nós estamos procurando corrigir as distorções legais, se estamos procurando fazer um orçamento público estadual melhor, mas somos avaliados por aquilo que é mais sentido, ou seja, a falta do recurso financeiro para prover as demandas do município.

E falo isso, deputada Ada, porque certamente a senhora também já participou do Orçamento Regionalizado, das discussões sobre o Orçamento Regionalizado, e talvez tenhamos tido uma frustração lá na discussão em Joinville, na sede da Amunesc.

Estávamos todos os deputados estaduais, estava lá o deputado Nilson Gonçalves, o deputado Kennedy, o deputado Darci de Matos, eu próprio e o deputado Chiodini, de Jaraguá do Sul. Toda a bancada da região estava lá presente.

Agora se os senhores perguntarem quantos prefeitos estavam lá, estes mesmos prefeitos que viajam constantemente a Brasília e a Florianópolis, confesso que estavam apenas dois prefeitos. Talvez porque pensar o orçamento não

seja mais algo que as pessoas acreditem. Talvez porque discutir o orçamento público da forma como deveria caiu tanto em descrédito que hoje nós nos acostumamos a prover recursos para o município muito mais por conta dessas outras questões que falei, das transferências voluntárias e das emendas parlamentares, do que discutir de fato o orçamento.

E nesse um minuto e 40 segundos que tenho quero pedir uma reflexão de todos nós: será que essa discussão que todos nós estamos a fazer sobre o pacto federativo está com o foco adequado? Será que única e exclusivamente nós temos que discutir o percentual que deve ser acrescido ao orçamento do município? Ou será que antes disso nós temos que discutir quais são as responsabilidades efetivas que cabem ao município?

Se nós olharmos lá na Constituição Federal, nos arts. 21 a 32, quais são as responsabilidades que cabem constitucionalmente a municípios, estados e União, constataremos que precisamos fazer uma revisão exatamente dessas responsabilidades, porque se ficar absolutamente claro o que nos cabe, não será Ministério Público que deverá nos cobrar aquilo que não nos cabe. E a nossa discussão de percentual é tão somente sobre a nossa responsabilidade e não sobre aquelas responsabilidades complementares concorrentes em que você não sabe exatamente qual o percentual que lhe cabe e qual percentual cabe ao estado.

Essa é a discussão que precisamos travar. Senão a perspectiva de que nós tenhamos governantes municipais que possam ter responsabilidade e quererem ser governantes municipais será cada vez mais escassa, pois a tarefa que lhes cabe é cada vez mais árdua.

Quero conclamar a todos que não tratemos apenas de percentual a município, que tratemos de responsabilidades que cabem aos municípios. Certamente os nossos prefeitos, quando os visitamos, falam sempre da mesma coisa: "Falta dinheiro, falta recurso". E nós estamos discutindo se devemos dar mais 1% ou 2% e temos que discutir

responsabilidades aos municípios. E com isso podemos dar mais tranquilidade na gestão pública.

Esta é a mensagem que o partido progressista gostaria de deixar esta tarde na Assembléia Legislativa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
-Cumprimento as excelentíssimas deputadas Ada de Luca, Luciane Carminatti, os colegas deputados, os catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e da Rádio Digital.

Agradeço ao último presidente de plantão, deputado Kennedy Nunes, e aos demais por terem tocado até aqui as sessões do período matutino e a sessão da tarde, visto que esta Presidência estava com outra agenda externa e também interna, atendendo por último ao eminente presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina, que sedia, senhores deputados, um importante congresso nacional do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas. Uma discussão extremamente importante deputado Antônio Aguiar, deputado Kennedy Nunes, num tempo em que se questiona tanto a qualidade das obras públicas.

O tempo de realização, a necessidade da reforma da Lei de Responsabilidade Fiscal, deputada Ada, não é só implantando o RDC que vai se resolver. O RDC pode ser uma boa solução para uma obra emergencial, mas nem sempre a qualidade vai ser assegurada. E Santa Catarina sedia importante evento que essa Presidência teve a oportunidade de participar na noite de ontem, representando v.exas. E 31 dos 34 Tribunais de Contas do Brasil estão reunidos na nossa Capital; são 25 dos 27 estados da federação nesse importante evento. E o presidente Salomão Ribas Júnior nos falava agora há pouco da importância do evento.

Senhoras deputadas e senhores deputados, esta Presidência recebeu agora há pouco, com o testemunho do eminente presidente Salomão Ribas Júnior, a visita do eminente deputado Jailson Lima da Silva que nos entregou o Ofício de n. 52/2014, com o seguinte teor: (Passa a ler.)

"Sr. presidente, ao cumprimentá-lo, venho comunicar a renúncia do deputado que este subscreve do cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora desta Casa em atendimento ao Regimento Interno, para participar da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - que apurará a aquisição, através de dispensa de licitação, de um prédio comercial por parte do Ministério Público de Santa Catarina. Aproveito o ensejo para manifestar votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

(a) Deputado Jailson Lima da Silva."

Esta Presidência recebeu e despachou o presente ofício e comunica ao Plenário que se encontra vago o cargo de 4º Secretário da Mesa Diretora desta Casa. E determino a publicação do expediente e as providências de acordo com o que estabelece o nosso Regimento.

Srs. deputados, comunico a publicação de Ato da Presidência de n. 19/2014: (Passa a ler.)

"O Presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, em exercício, com amparo no art. 47, §3º da Constituição do estado, c/c o art. 41 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições, constitui Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada pelos senhores deputados Jailson Lima, Sargento Amauri Soares, Volnei Morastoni, Mauro de Nadal e Edison Andrino, para, no prazo de 120 dias, prorrogáveis por igual período, apurar como fato determinado a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído à rua Bocaiúva, 1.792, centro, Florianópolis, pelo valor de R\$ 123.419.930,00, por parte do Ministério Público de Santa Catarina.

Palácio Barriga-Verde, em 20 de maio de 2014."

Esta Presidência determina a publicação do presente ato. E de acordo com o art. 149 do nosso Regimento, determina ao deputado Volnei Morastoni que proceda à convocação dos membros da CPI constituída, para a eleição do presidente e relator da referida comissão. Está, portanto, constituída a comissão e determinado ao deputado

Volnei Morastoni que faça a convocação para a eleição dos membros da referida CPI.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do PL 70/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do PL 169/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do PL 337/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do PL 37/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a disponibilização de recipientes apropriados para a recepção de bitucas de cigarro em lugares públicos abertos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do PL 259/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o mês estadual intitulado Agosto Azul de dedicação ao desenvolvimento de ações de prevenção e conscientização à saúde do homem no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Ex-officio, com a aquiescência dos srs. líderes, esta Presidência submete à votação o PL 576/2013, de autoria do poder Executivo, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis para o museu Victor Meirelles.

Esta matéria foi aprovada nas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e na de Trabalho, com emendas às fls. 44 e 53.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0234.4/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0235.5/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0458.9/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0459.0/2014, de autoria da deputada Ada Faraco De Luca; 0460.3/2014, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0463.6/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0464.7/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0465.8/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0466.9/2014, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0467.0/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Requerimento n. 0457.8/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, solicitando ao

presidente do Tribunal de Contas do estado informações acerca de auditorias que tenham constatado irregularidades e ilegalidades na execução dos contratos de restauração e supervisão das obras da Ponte Hercílio Luz, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0461.4/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, solicitando aos gerentes das operadoras de telefonia móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, em Santa Catarina, a instalação de torre de telefonia móvel no distrito de Tamanduá, município de Concórdia.

Em discussão.

O sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Neodi Saretta, autor do Requerimento.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - É distrito de Tamanduá, e v.exa. leu município. Mas é distrito de Tamanduá e pertence ao município de Concórdia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu agradeço a v.exa. E o equívoco foi desta Presidência. Consta no Requerimento "torre de telefonia móvel no distrito de Tamanduá". Agradeço a v.exa.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0462/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita ao superintendente do DNIT informações acerca da construção de trevo na BR-282, acesso ao município de Nova Itaberaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0047/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados, à presidente da comissão de Cultura e à deputada federal Cida Borghetti, solicitando empenho na aprovação do Projeto de Lei n. 7313/2014, de autoria do deputado Décio Lima.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0048/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, manifestando repúdio pela aprovação da Medida Provisória n. 0633/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para discutir.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, v.exa. me permita ter um pouco mais de conhecimento desse manifesto de repúdio, pois me parece que o autor não se encontra presente no

momento. Então, pediria a v.exa. para dar uma explicação mais transparente e mais clara e que esta moção seja retirada da pauta hoje. E assim que o autor esteja na Casa que venha dar explicações para que possamos entender melhor esse manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Acolho o encaminhamento de v.exa. Na ausência do autor da moção, determino a retirada da presente moção da pauta de hoje e que seja inclusa na próxima sessão.

Pedido de Informação n. 0036/2014, de autoria do deputado Aldo Schneider, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca do andamento do projeto de engenharia com vistas à construção do anel de contorno viário do município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que recebeu requerimento com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a autorização para que o prefeito do município de Presidente Getúlio, sr. Nilson Staisack, utilize meu espaço na tribuna, em Explicação Pessoal, na sessão ordinária do dia 20 de maio de 2014, para divulgar a 18ª Expofeira do Leite, com a presença da rainha e princesas da promoção.

Certo da atenção e providências de vossa excelência, antecipo agradecimentos."

O presente requerimento é assinado pelo deputado Jean Kuhlmann, com a aquiescência dos demais líderes partidários, conforme determina o nosso Regimento Interno.

O prefeito Nilson Staisack justificou a sua ausência, e esta Presidência acolhe o presente

requerimento, suspende a presente sessão por até dez minutos, e solicita ao deputado Jean Kuhlmann que faça a apresentação da rainha Kathleen Elis Prier e das princesas da 18ª Expofeira do Leite, do município de Presidente Getúlio.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos às Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com grande satisfação que hoje vamos falar com a comunidade catarinense e com todo o estado de Santa Catarina, a respeito dos 7º Jogos Abertos da Terceira Idade - JASTI, que aconteceu na cidade de Canoinhas, com grande sucesso, grande alegria. E neste momento peço à assessoria da Casa para mostrar o vídeo sobre este evento.

No ano de 2005 plantamos a semente da ideia de se criar os Jogos Abertos da Terceira Idade, e que foram realizados no município de Canoinhas.

Em 2005, quando fizemos a lei criando os Jogos Abertos, ela foi sancionada pelo então governador do estado, Eduardo Pinho Moreira. E essa lei traz no seu bojo a alegria dos Jogos Abertos da Terceira Idade, fazendo com que a terceira idade seja, sem dúvida nenhuma, a grande homenageada no estado de Santa Catarina.

Parabéns aos 157 municípios que lá compareceram. Canoinhas agradece às delegações dos municípios que participaram dos Jogos Abertos da Terceira Idade. Santa Catarina agradece também às pessoas da terceira idade, que muito abrilhantaram a nossa grande festa, deputado Darci de Matos, na cidade de Canoinhas.

Temos certeza de que ficará na história o maior evento do estado de Santa Catarina, os 7º Jasti que deixaram saudade às pessoas que lá estiveram com muita alegria e determinação, fazendo com que a movimentação entre os idosos fosse um conagraçamento, que teve no seu bojo as

modalidades disputadas e os troféus alcançados pelas delegações.

Enfim, Canoinhas agradece às pessoas da terceira idade do estado de Santa Catarina, que farão com que esses jogos, no ano que vem, se repitam novamente em nosso estado.

Na segunda-feira, dia 29, em Chapecó, será a abertura dos Parajasc. Então, deputada Luciane Carminatti, e v.exa. representa Chapecó, haverá uma grande abertura e um conagraçamento.

Mas gostaria de aproveitar este tempo que me resta para falar da faixa de domínio. Deputado Silvio Dreveck, veja que eu fui o relator da lei da BR-280 e hoje ela está em franca recuperação. Existe ainda muito para fazer, mas já há projetos e alguma coisa importante que está aparecendo agora: a denúncia do DNIT com relação às pessoas que invadiram a faixa de domínio. Essas pessoas têm direito de saber o que o DNIT quer e o que a lei determina. Estivemos visitando o novo superintendente do DNIT do estado de Santa Catarina, Vissilar Pretto, e ele, com certeza, mandará uma equipe à cidade de Canoinhas para juntos fazermos uma grande audiência pública e mostrarmos à população o que a lei determina e o que é possível fazer para ajudar e orientar essas pessoas que moram na faixa de domínio. E aquelas pessoas que construíram antes do ano 1979 estão isentas de qualquer penalidade da lei, porque elas construíram as suas casas antes da construção da rodovia.

Então, temos certeza, deputado Darci de Matos, que essas pessoas também terão as suas propriedades deixadas nos locais onde estão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Antônio Aguiar, eu não poderia deixar de elogiar v.exa. com muita sinceridade e prazer pela proposição da lei que deu origem aos Jogos Abertos da Terceira Idade de Santa Catarina.

Eu estive lá, juntamente com v.exa. e o governador, e posso dizer que havia pessoas de

mais de 200 municípios em Canoinhas. Aquele ginásio estava lotado, não cabia mais ninguém! Estavam lá milhares de pessoas de cabelos brancos, felizes, num ato de civismo, demonstrando vitalidade e dando um exemplo para todos nós praticando esporte e mostrando para Santa Catarina que na terceira idade as pessoas ainda podem ser muito felizes e contribuir muito com o nosso estado.

V.Exa. está de parabéns! Acho que aquele foi o maior evento da história do município de Canoinhas.

Um grande abraço, deputado Antônio Aguiar!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria apenas de registrar a presença dos alunos do curso de Direito da Fundação Universidade Regional de Blumenau e agradecer a presença dos acadêmicos.

Novamente quero agradecer a todo Plenário pela oportunidade de ter apresentado, hoje, a rainha e as princesas da Festa do Leite, do município de Presidente Getúlio.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann! Sejam bem-vindos todos os alunos que estão visitando esta Casa de Leis!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados e os alunos do curso de Direito. Sintam-se muito acolhidos neste recinto!

A minha manifestação no dia de hoje é com relação à data que comemoramos no dia 19, que é o Dia Nacional da Defensoria Pública.

Eu quero destacar, neste momento, toda luta histórica que houve para que Santa Catarina pudesse ter a implantação da Defensoria Pública, muito embora o governo estadual tenha insistido em substituí-la pela Defensoria Dativa, que já foi excluída, inclusive, da nossa Constituição Federal.

Gostaria, neste momento, fazer a leitura de alguns artigos, em função de uma decisão do Tribunal Regional da 4ª Região, que julgou uma ação impetrada por alguns defensores concursados. E nessa decisão tivemos o relator, desembargador federal Fernando Quadros da Silva, entendendo que não cabe mais convênios com a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

E o que diz, então, em alguns artigos é o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]em 14 de março de 2012, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4270, o Supremo Tribunal Federal, seguindo o voto proferido pelo eminente Ministro Joaquim Barbosa, declarou a inconstitucionalidade do artigo 104 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar Estadual n. 155/1997, que viabilizavam a assinatura de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil para a prestação do serviço de assistência judiciária aos necessitados [...]."

Ainda diz:

"`[...]"

Em resumo, a situação em Santa Catarina, além de severo ataque à dignidade do ser humano, cuja proteção, sob o ângulo do direito de acesso à justiça, passa variar de acordo com a sua localização geográfica no território nacional, representa, em minha opinião, grave desrespeito a uma ordem do constituinte, que não se limitou à exortação genérica do dever de prestar assistência judiciária, mas descreveu, inclusive, a forma que deve ser adotada na execução desse serviço

público, não dando margem a qualquer liberdade por parte do legislador estadual.

[...]'

Ora, diante do decidido pela Corte Suprema, não vejo fundamento jurídico que ampare a pretensão do Estado de celebração de novo convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, considerando a extrapolação do prazo fixado pelo Supremo Tribunal Federal - que, repita-se, apenas manteve a validade dos textos declarados inconstitucionais pelo período de dozes meses, contados de 14 de março de 2012.

Em situações que tais, afigura-se-me necessário o prestígio máximo à Constituição da República, que, em seu artigo 134, eleva a Defensoria Pública à função essencial à justiça, garantindo-lhe, com exclusividade, o exercício da orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados [...]."[sic]

E aí continua a decisão proferida em 2 de maio de 2014.

Eu não quero aqui fazer uma menção contrária à OAB, porque ela prestou um grande serviço a Santa Catarina a partir da implantação da Defensoria Dativa. Porém, temos uma Constituição Federal que precisa ser seguida e ela determina que os estados tenham não mais a Defensoria Dativa, mas um novo modelo, que é a Defensoria Pública.

Quero dizer que neste um ano que a Defensoria Pública foi implantada em Santa Catarina temos várias ações especialmente de mediação que, inclusive, evitam o processo judicial, o que é muito bom, porque não se acumulam processos nos tribunais.

Então, a mediação do conflito tem sido uma marca da Defensoria Pública em Santa Catarina.

As Varas que os nossos defensores têm atuado, tanto Família, Cível, Extra-Judicial, Penal e Execução Penal, Defesa da Mulher e Tutela Coletiva, já prestaram neste um ano mais de 12.300 atendimentos em Santa Catarina, encaminharam 24 mil atos e petições e participaram de mais de cinco mil audiências. Isso com apenas 60

defensores públicos em Santa Catarina, caros estudantes de Direito!

Então, é por isso que, neste momento, quero, em primeiro lugar, parabenizar todos os defensores que acreditam na Justiça como acesso a todo cidadão brasileiro e aos hipossuficientes, que têm uma renda de até três salários mínimos, a Justiça gratuita, ou seja, não paga através da Defensoria Pública.

Mas tramita nesta Casa, e eu não poderia deixar de destacar, o Projeto de Lei Complementar n. 009.5/2014, que contraria a Constituição, a decisão do STF e também a decisão agora do TRF4, pois que no primeiro artigo volta para trás, deputados Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch, e institui o Fundo Especial da Defensoria Dativa.

É estranho isso! Nós temos que consolidar a Defensoria Pública, e o art. 1º da lei complementar que está tramitando nesta Casa diz:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Fica instituído o Fundo Especial da Defensoria Dativa destinado a complementar os recursos financeiros indispensáveis ao pagamento" [...], e assim vai.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: por favor, governador, vamos fazer justiça e cumprir com todos os encaminhamentos judiciais e com todos os acordos que foram feitos com a Defensoria Pública. E, por favor, vamos substituir esse PL para que venha a esta Casa um projeto de lei que crie o fundo, mas para custear a Defensoria Pública e não a Defensoria Dativa.

Por último, também queremos dizer que estamos aguardando - e foi palavra do defensor público Ivan Ranzolin que coordena a Defensoria Pública e que fala em nome do governador do estado neste momento, porque é cargo de confiança do governador -, com muita apreensão, o projeto de lei que cria mais 60 cargos de defensores para que possam ser nomeados até julho, como também cria novos cargos para técnicos e analistas. Isso porque a Defensoria precisa ser mais bem estruturada. Há muita demanda em Santa Catarina e precisamos de

mais defensores públicos, analistas e técnicos e um fundo que estruture essa Defensoria.

Então, fica aqui os nossos parabéns ao dia 19 e por esse grande trabalho que a Defensoria Pública vem, de forma comprometida, justa e muito eficiente prestando nesse um ano.

Por último, quero fazer uma menção ao dia 18 de maio, presidente, que é o Dia Nacional de Luta Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Gostaria de dizer que o Brasil construiu o Plano Nacional de Enfrentamento a essa Violência elaborado em 2000 no qual há um compromisso e uma defesa intransigente dos direitos das crianças e adolescentes, sobretudo aqueles que se encontram em situação de ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável.

É importante dizer que no Brasil, de 2012 a 2013, já tivemos uma queda no número de denúncias contra crianças e adolescentes através do Disque 100. São 37.726 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Em 2013 esse número caiu para 31.895.

Infelizmente, deputado Darci de Matos, Santa Catarina, Paraíba e São Paulo, registraram aumento no número de registros que chegam ao disque 100.

Em 2013 foram notificados 563 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Santa Catarina, na faixa etária entre dez e 14 anos, com 250 casos, sendo 234 vítimas do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

Então, quero falar com muita tristeza desse problema que ainda é muito grave no nosso estado, e não podemos cruzar os braços enquanto uma criança, um adolescente é abusado sexualmente.

Há muitas iniciativas da sociedade civil, inclusive no município de Xanxerê tem um fórum permanente de combate ao abuso e violência sexual, que realiza no mês de setembro um grande evento com destaque para este tema. Mas creio que essa é uma tarefa não só dos governos mas de toda a sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente. Quero cumprimentar todos e cumprimentar a deputada Luciane Carminatti pela audiência pública do curso de Medicina da nossa Federal de Chapecó. Não pude ficar até o fim, porque vim pelo alto vale do Itajaí, por isso tive que sair antes. Mas com certeza para nós foi um momento de comemoração.

Essa universidade foi construída por muitas mãos. E na época ajudei a coordenar a comissão pró-criação da universidade, como coordenador estadual de Fetraf-Sul, junto com o nosso companheiro Altemir Tortelli, que foi coordenador-geral, com a deputada Luciene Carminatti, com o deputado Vignatti, com o deputado Padre Pedro Baldissera e tantas outras lideranças que se envolveram. E agora temos a notícia, deputado Jailson Lima, de que a partir de janeiro vamos ter 40 vagas na universidade Federal, no curso de Medicina.

Acompanhamos toda a exposição do reitor e do vice-reitor da universidade, da concepção da construção do curso, da preparação de pessoas que primeiro tenham uma visão de serviço público.

Então, para nós e para os municípios é uma grande alegria, porque os municípios do oeste têm tido uma dificuldade imensa. Mas agora, graças ao Programa Mais Médicos, do governo federal, da presidente Dilma, que encaminhou...

Não tínhamos médicos nos municípios, ou então era um valor absurdo que muitas vezes os municípios não tinham condições de bancar. Então, formar mais médicos é com certeza um dos grandes desafios. E com a criação das novas universidades pelo governo federal, podemos ter essa oportunidade tanto lá em Passo Fundo como também na Federal. Inclusive, lá terá mais vagas do que em Chapecó. Em Chapecó vamos ter, no mês de janeiro, 40 vagas, e em 2017 serão mais 40 vagas.

Então, aos poucos vamos ampliando esse espaço, construindo também a estrutura para poder ter a preparação dos nossos profissionais, dos hospitais da região, no hospital de Chapecó. Mas com certeza é uma boa notícia, um passo significativo. E já vale a pena toda a luta da criação da nossa Universidade Fronteira Sul.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Apenas para dar amplitude ao debate, deputado Dirceu Dresch, eu que sou médico, tenho uma esposa médica e tenho uma filha médica, o Programa Mais Médico, além da revolução que vai fazer na saúde, vem com um conjunto de dados que não é apenas ter médicos em cidades onde não tínhamos. Tem contemplada no programa a questão das residências médicas, da possibilidade de vagas específicas nas regiões, possibilitando que alunos oriundos de escolas públicas e da região, por exemplo, da grande Chapecó possam efetivamente vir a se formarem e atenderem aos municípios, substituindo esses que vieram de outros países, a exemplo dos cubanos que estão fazendo um trabalho magnífico no Brasil. O Mais Médicos em Santa Catarina já chegou a 463 profissionais atendendo aos municípios.

Quero parabenizar v.exa., o deputado Pedro Uczai, o ex-deputado Claudio Vignatti e a deputada Luciane Carminatti, que aliás foram os que mais assumiram essa bandeira pelo curso de Medicina na cidade de Chapecó. Por isso, parabéns também à presidente Dilma que em breve estará vindo a Santa Catarina e estará indo a Chapecó inaugurar um anel viário. E o Mais Médicos é mais uma grande ação política do nosso governo, da presidente que de forma corajosa resolveu assumir para si um caminho necessário para atender à população brasileira.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Para terminar este tema quero dizer que o curso de Medicina é o único curso que precisa de aprovação do Conselho de Medicina. Mas com certeza como o Conselho bate tanto contra o Mais Médicos,

o desafio inclusive do governo federal é formar novos profissionais brasileiros para poder atuar na Medicina e atender ao povo brasileiro. Não se pode privar a nossa população, principalmente de baixa renda, de ter acesso a um médico para poder ter saúde de melhor qualidade.

Então, é isso que gostaríamos de registrar nesta tarde.

Quero aproveitar, sr. presidente, nesses cinco minutos que me restam, para falar de um grande evento que vamos ter nos dias 22 e 23, aqui, nesta Casa, que é o 5ºSustentar.

Há dois anos tivemos esse evento realizado em Chapecó, dando um grande resultado, muitos frutos. Temos lá uma fundação científica e tecnológica que está se organizando, está se estruturando na perspectiva de ajudar a discutir, especialmente lá no oeste catarinense, as energias renováveis. Agora neste ano vamos realizar este evento aqui na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no auditório Antonieta de Barros. Estamos com praticamente todas as inscrições fechadas, com 500 pessoas inscritas para este evento. Será com certeza um grande evento, com muitas palestras e debates.

Temos 23 palestrantes falando sobre os mais diversos temas da micro energia, da regulamentação da legislação do processo de energia renovável, temas de consumo responsável, tema importantíssimo para produzirmos, especialmente consumir um produto que na sua origem tenha sustentabilidade, preservação ambiental. Vamos discutir nesses dois dias sobre esses grandes temas.

Ainda estamos na expectativa da confirmação do ministro do Desenvolvimento Agrário para estar no painel de abertura. Já estamos com a confirmação, talvez, das maiores lideranças deste nosso país, também aqui do estado, de Brasília e de outros estados, que vão contribuir nessa discussão para o fórum sobre energias renováveis, o Sustentar.

Queremos agradecer à nossa comissão de Economia Ciências e Tecnologia, presidida pelo deputado José Milton Scheffer, a toda a equipe da comissão, aos nossos colaboradores, à nossa equipe

que vem dando toda força e organizando para o acontecimento deste evento. Agradeço também ao presidente pelo apoio que vem dando a esse grande evento.

É isso que sempre falo nesta tribuna, que o nosso papel enquanto parlamentar, enquanto representante do povo catarinense, é a grande responsabilidade de discutir grandes temas que preocupam o Brasil, que preocupam o nosso estado. E a sustentabilidade na geração de energia, a sustentabilidade na produção e o consumo dos alimentos é dos temas mais preocupantes.

Estamos melhorando a renda das pessoas, estamos incentivando inclusive as pessoas a ter acesso, por exemplo, à energia elétrica, a ter uma geladeira, uma televisão, que é um direito das nossas famílias. Mas por outro lado precisamos ampliar a produção de energia e o aumento da geração de emprego da nossa população brasileira.

Então, é um tema atual, um tema presente, um tema provocante, no sentido de buscarmos alternativas e usar especialmente o que a natureza nos oferece, para não produzirmos energia contaminando como temos aí muitos sistemas no nosso país e no nosso mundo.

Então, portanto, registro esse momento, e esperamos que seja um grande evento que esta Casa realizará o Sustentar 2014.

Quero convidar todos os srs. parlamentares para participarem desse evento, para juntos construirmos grandes projetos, grandes leis, para contribuirmos com o nosso estado, especialmente com o nosso Brasil e o planeta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - O próximo orador inscrito é o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, apesar do pouco público não poderia de deixar de fazer o meu pronunciamento nesse espaço que v.exa. me concede para falar aos telespectadores da TVAL, aos srs. deputados e deputadas sobre quatro assuntos. O primeiro diz

respeito à Expogestão que vai iniciar amanhã à tarde, quarta-feira, às 14h, no auditório da Expoville, em Joinville.

Esse evento é promovido e foi criado pelos jovens empresários da cidade de Joinville. A sua gestão é feita pela associação empresarial da nossa cidade. Esse evento se traduz no maior evento do sul do Brasil de gestão privada e pública, já que o ex-presidente Fernando Henrique já palestrou na Expogestão.

Esse evento reúne a elite, o PIB de Santa Catarina. Teremos palestras excepcionais. Estará palestrando o dr. Abílio Dinis que dirige aqui as nossas empresas Sadia e Perdigão, em Santa Catarina e no Brasil. E o presidente Joares Ponticelli autorizou todos os srs. deputados, e estão credenciados, para participar das palestras de abertura do evento da Expogestão, a partir de amanhã.

Também gostaria de falar rapidamente sobre um outro assunto que trazido para mim no dia de hoje pelo vereador Pisca Menegrin, de Rio Negrinho, e pelo vereador Ronei, ambos do PSD, o nosso partido.

Sr. presidente, no dia de amanhã deverá ser votada na Câmara dos Deputados uma medida provisória, deputado Sargento Amauri Soares, da presidente Dilma, Medida Provisória n. 633/13. Essa medida provisória objetiva alterar a Lei n. 12.409, de 25 de maio de 2011. Ela se traduz num grande golpe nas famílias de baixa renda que movem os conjuntos habitacionais de Santa Catarina e do Brasil.

Deputado sargento Amauri Soares, no dia de ontem centenas de pessoas procuraram a Câmara de Vereadores do município de Rio Negrinho, porque essa medida provisória tira a responsabilidade das seguradoras, subitamente, de fazerem, pagarem as reformas nas casas e nos conjuntos habitacionais.

Muitos desses conjuntos foram edificados com baixa qualidade, e as seguradoras já fizeram algumas reformas, já pagaram, inclusive, para alguns moradores e proprietários de Rio Negrinho. E agora, essa medida provisória, atendendo ao

interesse maior, ao interesse de grandes grupos econômicos, se traduz num golpe fatal aos pequenos moradores, àqueles que conseguiram, que pagam com muito sacrifício a sua moradia, a sua habitação popular. Essa é a grande realidade.

Já liguei para o deputado Onofre Santo Agostini lá em Brasília, já apresentei uma indicação nesta Casa, para que possamos mobilizar o Brasil contra essa medida provisória absurda, descabida, que atende aos interesses de grandes grupos econômicos.

Sr. presidente, eu também não poderia deixar de falar da expedição da *Veja*. A *Veja* constituiu uma expedição que está visitando o Brasil, e a primeira cidade, deputado Sargento Amauri Soares, a ser visitada foi a maior cidade de Santa Catarina, a terceira maior cidade do Brasil, que é Joinville.

Essa expedição da *Veja* constatou que o estado é um estado especial, mas que sobretudo Joinville é uma cidade ímpar, de características únicas no Brasil. E na edição da *Veja*, da semana passada, nós pudemos ler uma matéria fantástica sobre Joinville, que atraiu há poucos meses a General Motors e que atraiu também, juntamente com Araquari, na região, a BMW.

A *Veja* colocou só Joinville porque a BMW primeiramente está sendo sediada na cidade de Joinville, no perímetro do *Business Park*. Posteriormente, no parque fabril, na cidade de Araquari.

Essas empresas multinacionais, presidente Kennedy Nunes, não se instalam em qualquer lugar, por qualquer motivo. A vinda da BMW e da General Motors significa o certificado de qualidade total de Joinville, de Araquari e do norte de Santa Catarina.

Portanto, os motivos que levaram essas grandes empresas a virem para a nossa região têm muito a ver com a boa qualidade das estradas, quatro portos num raio de 100 quilômetros e, sem dúvida alguma, a mão de obra qualificada foi mais um atrativo da lista de pontos positivos que a nossa cidade, a nossa região apresentou.

Em Joinville, sr. presidente, 16% da população possui diploma superior, o dobro da média nacional. E a nossa cidade tem 12 universidades, nove escolas técnicas e, por fim, a cidade se comprometeu a viabilizar a instalação de escolas bilíngues, com todas as disciplinas ministradas em alemão.

Portanto, a nossa cidade exporta para praticamente todos os países do mundo, principalmente para a Europa e Estados Unidos, bombas de ar, produtos industriais, peças de motores, motores elétricos e outros. São US\$ 2.2 bilhões que essas exportações da nossa cidade colocam nos cofres públicos de Santa Catarina. Então, eu não poderia deixar de fazer menção a este fato relevante.

Quero encerrar as minhas palavras, presidente Kennedy Nunes, também fazendo menção à nossa Udesc que hoje, exatamente hoje, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. também é um grande defensor da Udesc, completa 49 anos de existência. São 49 anos em que a nossa universidade se constitui num pólo de radiação de ciência, de tecnologia, de pesquisa, de extensão e, sem dúvida alguma, o trabalho comprometido, forte, empreendedor, visionário da nossa universidade é um dos fatores significativos, relevantes, na qualidade de vida do povo catarinense.

Quero também enaltecer e elogiar o trabalho do nosso reitor, dr. Eronaldo de Souza, com a sua dedicada e competente equipe. A Udesc, em 20 de maio de 2014, chega aos 49 anos, com um título de 4ª melhor universidade estadual do país e 18ª no geral, entre as 192 universidades avaliadas pelo MEC.

É bom ressaltar, sr. presidente, que a Udesc promove ensino, pesquisa e extensão. Ao todo são 49 cursos de graduação, 23 cursos de mestrado e dez doutorados. Tudo isso em 12 unidades presenciais e outras 24 com polos de educação a distância. Na pesquisa são 142 grupos que promovem cerca de 500 ações todos os anos. Na extensão são 700 ações que aproximam a universidade da sociedade catarinense.

Sr. presidente, a Udesc é um orgulho para Santa Catarina, sem dúvida alguma é um dos motivos de elevadíssimo IDH do nosso estado. A Udesc merece e tem o nosso respeito, o nosso trabalho e, sobretudo, o nosso reconhecimento.

Parabéns à família Udesc pelos 49 anos de serviço prestado ao nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, sr. deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Estava ouvindo atentamente a manifestação do deputado Darci de Matos, trazendo aqui esta reflexão tão importante e enaltecendo o ensino superior do nosso estado de Santa Catarina. Mas gostaria de fazer aqui o registro da presença, neste Parlamento, deputado Kennedy Nunes, do prefeito do município de São Domingos, no oeste do nosso estado de Santa Catarina, Alcimar de Oliveira, do Partido dos Trabalhadores.

Desejamos boas-vindas a este Parlamento e à capital do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente! Muito obrigado deputado Amauri Soares pela atenção a esta altura da nossa sessão de hoje.

Gostaria de parabenizar o município de Presidente Getúlio pela 18ª Expofeira Estadual do Leite, um município do alto vale do Itajaí que tem sempre demonstrado muita pujança na bacia leiteira e que faz a sua 18ª Festa Estadual do Leite.

Parabenizo também os nossos escoteiros catarinenses, pelo primeiro centenário, a celebração do primeiro século de escotismo em Santa Catarina. Inclusive, estava olhando com muito carinho o relatório com belíssimas imagens e dados. Os escoteiros sempre promovem princípios e valores. Por certo eles são também um antídoto contra a questão das drogas no estado de Santa Catarina.

Parabéns aos pioneiros neste trabalho, ao centenário do escotismo no estado de Santa Catarina.

E por falar em drogas, me chamava a atenção, deputado Kennedy Nunes, a manchete do jornal *Diário Catarinense* de hoje: "Polícia Militar anuncia cerco a motorista que infringir a Lei Seca."

É claro que esse é um debate que já se estabeleceu há muito tempo na sociedade catarinense, mas nos deixa satisfeito a iniciativa do novo comandante da Polícia Militar Catarinense, comandante Cabral, quando propõe um diagnóstico e ações que de fato possam agir de forma mais intensa, assim como extensa em *blitz* com o objetivo principalmente de conscientizar o motorista. O próprio comandante disse que vai trabalhar mais na prevenção, servindo essas *blitz* como um aviso prévio com o objetivo de conscientizar quem vai à balada.

Nós tivemos a oportunidade, enquanto Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, e o deputado Sargento Amauri Soares participava naquela ocasião conosco, de colocarmos à disposição dos catarinenses a cartilha Combinação Álcool e Direção. E aí traçando um paralelo com a proposta do comando da Polícia Militar para os próximos dias, de fato me chamava a atenção alguns números.

Por exemplo, de 2000 a 2011 tivemos, sr. presidente, 44.734 infrações no perímetro urbano e 4.276 infrações nas rodovias estaduais. Só no que diz respeito a essa trágica combinação álcool e volante, foram mais de 13 mil processos de suspensão de CNHs.

No ano de 2012, por exemplo, quando nos debruçamos sobre esses dados e fizemos os 295 municípios de Santa Catarina, foram 11.407 motoristas autuados por dirigir embriagados. O que nos chamou a atenção, deputado Sargento Amauri Soares, é que houve apenas 3.253 processos de suspensão de CNH. Portanto, há ainda um abismo entre a ação de uma *blitz*, ou mesmo quando o motorista é pego embriagado numa ocorrência, e a efetiva ação da lei em se aplicar o que manda e o que determina a Lei Seca, a suspensão da CNH.

É claro que o desafio é enorme. Tivemos no ano passado 40 mil mortes nas rodovias brasileiras, 800 mil feridos, boa parte disso ligada à questão do álcool. Segundo estatísticas da Organização Mundial da Saúde, no Brasil morrem hoje 47 cidadãos brasileiros por dia, vítimas do álcool, não necessariamente no trânsito, mas vítimas do álcool são 47 brasileiros que morrem por dia.

E nós fizemos esse levantamento, como eu disse, em todos os municípios de Santa Catarina, e aí apenas uma contestação ao depoimento, à entrevista do comandante Cabral, no que diz respeito à questão das *blitz* que ele planejou efetivamente fazer, daqui para frente, nas estradas de Santa Catarina.

Dizia o comandante que a Polícia Militar está devidamente preparada, habilitada, com as ferramentas necessárias para fazer essas *blitz*, e isso, deputado Sargento Amauri Soares, não é verdade. Há ainda um longo caminho a ser percorrido, pelos dados que nós recolhemos, e esses dados vêm do Ministério Público, vêm da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Rodoviária Estadual. Foram dados extremamente trabalhados, muito bem crivados, científicos, acadêmicos, e nós chegamos à informação lamentável de que nos 295 municípios de Santa Catarina temos apenas 73 municípios que possuem pelo menos um aparelho de bafômetro.

É claro que o comandante pode dizer que há municípios que atendem a outros municípios ao seu redor, enfim, talvez possamos também diminuir isso

porque, por exemplo, a capital me parece que tem cinco aparelhos de bafômetro, estou falando de toda Florianópolis.

Então, há um enorme abismo que precisa ser transposto para que de fato a Polícia Militar, enfim, os órgãos de segurança, nessa missão de termos uma Santa Catarina sem pessoas submissas ao álcool nas estradas, e que possam de fato ser devidamente punidas. Mas para isso precisamos a ferramenta mínima que é o bafômetro. É claro que agora a Lei Seca avançou e permite outras provas, a própria filmagem no celular, enfim, outros instrumentos, mas o bafômetro ainda continua sendo a principal ferramenta de atuação das forças de segurança.

Com isso, queremos estar junto nesta cruzada com o comando da Polícia Militar, mas é preciso reconhecer ainda deficiências que precisam ser preenchidas nesse desafio por uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente! Era esse o recado que gostaríamos de deixar aos senhores catarinenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Parabéns pelo seu pronunciamento. Na verdade é isso mesmo, é preciso saber separar a direção do álcool.

Parabéns ao comando da Polícia Militar, ao novo comando da Polícia Militar, que tem essa visão.

Eu gostei de uma entrevista que o comandante deu ao jornalista Mario Mota, da CBN. Ele disse que as *blitz* da Lei Seca serão avisadas com antecedência para que o cidadão do bem saiba que a Polícia está tentando tirar das ruas quem ainda insiste em dirigir depois de beber.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os senhores deputados.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para

amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.